

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.333 - RJ (2013/0379496-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : LEONARDO GRECO - RJ021557
IVAN TAUIL RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ061118
PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO - RJ020200
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO FILHO - RJ109242
EDUARDO MACCARI TELLES - RJ001673B
GUILHERME NITZ CAPPI - RJ132011
CARLOS AUGUSTO GUILHERMINO VEIGA - RJ153390
LUIZ GUSTAVO ESCORCIO BEZERRA - RJ127346
GEDHAM MEDEIROS GOMES - RJ162326
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo Regimental, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – IBAMA, em 03/02/2014, contra decisão proferida pela Ministra ELIANA CALMON, publicada em 17/12/2013.

Na decisão ora agravada, fora negado seguimento ao Recurso Especial ao fundamento de que **(a)** o dissídio jurisprudencial não fora devidamente comprovado; **(b)** a análise da controvérsia demandaria o reexame de matéria fática; e **(c)** os arts. 473 do CPC/73, 3º da Lei 6.938/81 e 3º da Lei 7.347/85 não teriam sido prequestionados.

O agravante alega, em síntese, que **(a)** no seu Recurso Especial não fora suscitada a existência de dissídio jurisprudencial; **(b)** não busca o reexame de matéria fática, mas a reavaliação das provas; e **(c)** os dispositivos legais tidos por violados foram devidamente prequestionados.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL também interpôs Agravo Regimental, alegando, em síntese, que "em que pese a ilustre Relatora ter afirmado estar analisando o recurso especial do IBAMA, observa-se que o recurso julgado monocraticamente foi o do Ministério Público Federal, pois foi este que alegou ofensa aos 'arts. 535, 518 e 473, do CPC; arts. 2º, 3º, 4º e 14, § 1º, da Lei 6.938/81; art. 3º, da Lei 7.347/85 e arts. 7º e 9º, da Lei 6.902/81' (e-STJ fl. 2274) e interpôs o Resp com base nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional. Com efeito, considerando-se que apenas um dos recursos interpostos foi analisado na decisão agravada, requer este órgão ministerial q ue o recurso especial do IBAMA seja, de fato, julgado por essa Corte Superior" (fl. 2.289e).

Intimada, a FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS -

FUNCEF apresentou impugnação aos Agravos Regimentais (fls. 2.323/2.335e).

A irresignação merece prosperar, em parte.

Com efeito, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região foram interpostos dois Recursos Especiais.

O primeiro foi interposto pelo IBAMA (fls. 2.070/2.089e), com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, no qual alega ofensa aos arts. 518, § 2º, 535, II, do CPC/73, 2º, 3º e 14, § 1º, da Lei 6.938/81 e 3º da Lei 7.347/85.

O segundo Recurso Especial foi interposto pelo Ministério Público Federal (fls. 2.106/2.131e), com fundamento no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, no qual alega a existência de dissídio jurisprudencial e ofensa aos arts. 473, 518 e 535 do CPC/73, 2º, 3º, 4º e 14, § 1º, da Lei 6.938/81, 3º da Lei 7.347/85 e 7º e 9º da Lei 6.902/81.

Ambos os Recursos Especiais foram admitidos pelo Tribunal de origem (fls. 2.249/2.250e e 2.255/2.256e).

Na decisão ora agravada, em um primeiro momento, consta que o Recurso Especial analisado seria aquele interposto pelo IBAMA, mas, ao relatar as alegações da parte recorrente, é feita menção àquelas expostas pelo Ministério Público Federal, em evidente erro material.

Ademais, a decisão agravada deixou de analisar um dos Recursos Especiais e também não apreciou a preliminar de ofensa ao art. 535 do CPC/73, arguida por ambos os recorrentes.

Nesse contexto, a fim de evitar tumulto processual, é necessário tornar sem efeito a decisão agravada, para que, após, ambos os Recursos Especiais sejam julgados em conjunto, com a correta identificação das alegações das partes.

Ante o exposto, **dou provimento ao Agravo Regimental** interposto pelo IBAMA, para o fim de tornar sem efeito a decisão de fls. 2.273.2.280e. Consequentemente, julgo prejudicado o Agravo Regimental de fls. 2.285/2.292e.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora